



**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5.902, de 2023**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso de drones no espaço aéreo dos presídios.

Autor: Deputado Kim Kataguiri

Relator: Deputado Nikolas Ferreira

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.902, de 2023, de autoria do Deputado Kim Kataguiri, propõe a criação do tipo penal “invasão do espaço aéreo de presídios via drone”, por meio de inclusão de novo dispositivo no Código Penal, Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940.

Por se tratar de matéria penal, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania apreciar o mérito do presente Projeto de Lei, nos termos do art. 32, IV, “e”. Ademais, a proposta também deve ser avaliada, nesse fórum, quanto à sua constitucionalidade e juridicidade. Nesse sentido, após autuação, o Projeto de Lei em epígrafe foi remetido a esta unidade.

Não existe apensado ao projeto.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e o rito de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 151, III do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, IV, “e” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que se pronuncie acerca do mérito relativo à matéria de direito penal. No caso em tela, vislumbra-se claramente tal hipótese, tendo em vista que a iniciativa propõe a criação de um novo tipo no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Por força do art. 54 do Regimento Interno, esta comissão deve, ainda, se pronunciar a respeito da constitucionalidade e juridicidade da iniciativa legislativa.





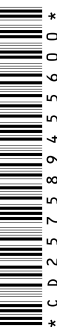
GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em relação à constitucionalidade, ressalta-se a adequação em relação aos preceitos da Carta Magna. O projeto é particularmente oportuno por otimizar a promoção do preceito do art. 144 da Constituição Federal, que define a segurança pública como dever do Estado e direito da sociedade. A proposta legislativa em tela aperfeiçoa o sistema de combate ao crime, na medida em que cria um tipo específico e estabelece pena mais gravosa do que as que atualmente têm sido arguidas para a mesma conduta. Nesse sentido, é uma medida que confere maior proteção ao bem jurídico constitucionalmente disposto. Ao avaliar o texto da proposta conclui-se que o projeto não fere qualquer preceito constitucional ao promover a defesa do supracitado valor. O projeto também obedece à lógica da iniciativa legislativa proposta pela Constituição Federal, objetivando a instituição de uma lei federal de abrangência nacional, e tendo como origem esta Câmara dos Deputados. Por fim, percebe-se que o projeto não foi rejeitado nesta sessão legislativa, razão pela qual a tramitação da iniciativa prescinde da demonstração do quorum do art. 67 da Constituição Federal.

Do ponto de vista legal, percebe-se a absoluta coerência da proposta com o ordenamento pátrio, mormente porque o que se pretende é a alteração direta do principal código que rege a matéria Penal no direito brasileiro. A entrada em vigor do presente projeto não esbarra em qualquer outra lei extravagante sobre o tema, tampouco em algum princípio de Direito. Em relação ao aspecto regimental, o trâmite do projeto segue o determinado pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Por fim, a lei obedece aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 2001, apresentando boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é importante considerar que o legislador deve estar atento às mudanças necessárias para que o ordenamento jurídico passe a fazer frente a novas modalidades, meios e ferramentas utilizadas para o cometimento de ilicitudes. No que diz respeito ao Direito Penal, essa proatividade por parte do legislador — frise-se: do legislador — deve ser especialmente observada sob pena de, por exemplo, atos preparatórios restarem sem resposta por parte do estado. Isso decorre do princípio da tipicidade estrita, que veda a analogia *in pejus*. No caso da presente proposta, tal situação se apresenta claramente, na medida em que o advento dos drones criou um nova ferramenta que tem sido utilizada para entregas em presídios, conforme muito bem exposto pelo autor do projeto, em sua justificação. A ideia, então, é criar um tipo que apene especificamente essa prática, ao invés de ter de recorrer a subsunções indiretas ou instrumentais, como as hipóteses de favorecimento real (art. 349 do Código Penal) ou ingresso de aparelhos de comunicação em estabelecimento prisional (art. 349-A do Código Penal). A presente iniciativa, além de ser mais direta, apenas de forma mais grave essa situação em tese, que pode ser usada para entrega de drogas, armas entre outros.

A fim de aperfeiçoar a iniciativa, entende-se interessante alterar o objeto do tipo, ampliando seu escopo para apenar a invasão do espaço aéreo por drones sem a necessidade de considerar o objetivo de entrega. Isso porque, mesmo sem fazer entrega, a invasão em si pode ser utilizada para reconhecimento e comunicação de atos preparatórios de diversas naturezas. Significa dizer que a mera conduta da invasão apresenta reprovabilidade suficiente para ensejar apenação. Não se trata de meramente facilitar a execução penal, mas de fortalecer o Direito Penal em uma região especialmente crítica, povoada por aqueles que comprovadamente atuaram contra a sociedade brasileira. Nesse





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

sentido, sugere-se a alteração, na proposta do *caput* do 354-A da expressão “invadir o espaço aéreo de presídios via drone para fazer entregas de objetos a prisioneiros” pela expressão “realizar o sobrevoo não autorizado no espaço aéreo de presídios por meio de drones”. Sugere-se, também, a inclusão de dois parágrafos: um para criar uma situação de aumento de pena para casos graves (como o da entrega de objetos a prisioneiros, presente na proposta original) e outro para criar uma ressalva para o caso de sobrevoo accidental. Ainda, faz-se necessário alterar o *caput* art. 2º do Projeto de Lei, para fazer menção ao Código Civil, que se está alterando, e não ao Código de Processo Civil. Nesse sentido, propõe-se o substitutivo anexo, que fortalece o espírito do projeto inicial ao mesmo tempo que aperfeiçoa certos aspectos específicos.

Diante do exposto, **voto de forma favorável ao Projeto de Lei nº 5.902, de 2023 na forma do substitutivo anexo, por se tratar de medida meritória a aperfeiçoar o direito à segurança pública dos cidadãos, e por ser adequado no que diz respeito à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.**

Sala da Comissão, em 04 de dezembro de 2025.

Deputado Nikolas Ferreira

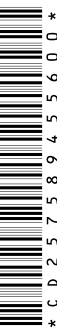
Relator

Apresentação: 04/12/2025 18:34:20.200 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 5902/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257589455600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira





**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.902, DE 2023**

Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso de drones no espaço aéreo dos presídios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre a invasão do espaço aéreo de presídios utilizando drones.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Invasão do espaço aéreo de presídios via drone

Art. 354-A. Realizar o sobrevoo não autorizado no espaço aéreo de presídios por meio de drones.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º A pena será aumentada de um terço se do ocorrido resultar em risco à segurança interna do presídio ou ao público em geral.

§ 2º O juiz poderá aplicar a pena de prestação de serviços à comunidade, em substituição à pena de reclusão, se a invasão ocorrer por erro comprovado de navegação do drone e se não resultar em risco ou dano significativo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

